

## CAPÍTULO 5

### PLATAFORMAS COLABORATIVAS ABERTAS: UM CENÁRIO APRESENTADO NO SUL GLOBAL ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS PAÍSES DO MUNDO

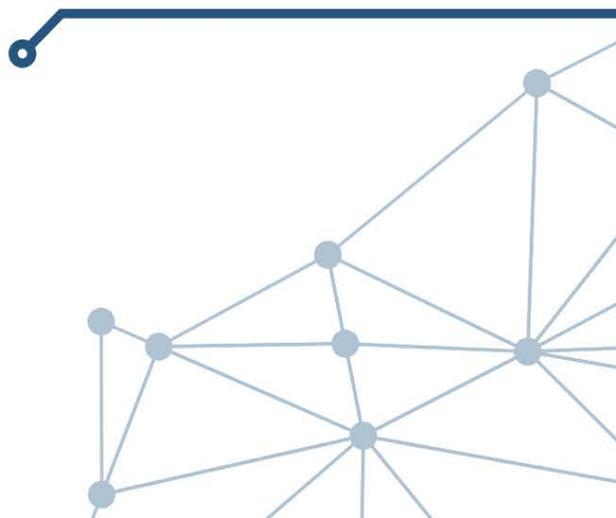
*BERENICE RODRIGUES FERREIRA*

*MARCIA CRISTINA FUCHS*

*NILSON CARLOS VIEIRA JUNIOR*

*PAMELA TRAVASSOS DE FREITAS*

*MILTON SHINTAKU*



## 5.1 INTRODUÇÃO

A Ciência Aberta tem transformado algumas práticas científicas, promovendo sua democratização e conferindo maior transparência a diversas atividades. Segundo Albagli (2019), o termo é considerado um guarda-chuva que abarca vertentes atuantes em áreas que, anteriormente, eram muito restritas às equipes de pesquisa. Dessa forma, ainda segundo Albagli (2015), a Ciência Aberta incorpora premissas dos movimentos de abertura científica do passado, como os Arquivos Abertos e o Acesso Aberto, ao mesmo tempo que acrescenta novas questões, incluindo algumas de natureza tecnológica.

Claro que desde o início da abertura das ciências, com o surgimento do ArXiv<sup>1</sup>, que publica livremente os trabalhos em formato *preprint*, antes extremamente restritos, a tecnologia sempre esteve presente. Entretanto, na maioria das vezes, a preocupação esteve centrada na abertura dos resultados de pesquisa. Com a Ciência Aberta, no entanto, busca-se abrir também as atividades e ferramentas utilizadas no processo de pesquisa, de modo a realmente possibilitar sua reprodução. Isso inclui a disponibilização dos dados utilizados, dos softwares empregados, entre outros recursos essenciais.

Nesse contexto, a abrangência da Ciência Aberta pode ser observada na taxonomia proposta por Silveira et al. (2023), que destaca a variedade de temas presentes nesse movimento. Entre esses temas, encontram-se as Infraestruturas e Ferramentas Abertas, que envolvem iniciativas, em grande parte de cunho tecnológico, compartilhadas e utilizadas em pesquisas. Esses recursos, fortemente baseados em tecnologia, podem incluir equipamentos, instrumentação, bases de conhecimento e outros.

---

<sup>1</sup> ArXiv. Disponível em: <https://arxiv.org/>. Acesso em: 19 set. 2024.



No âmbito das Infraestruturas e Ferramentas Abertas, surgem as Plataformas Colaborativas Abertas, que fornecem recursos para facilitar a colaboração entre comunidades de pesquisadores, incluindo todos os envolvidos, como na ciência cidadã. Dessa forma, as iniciativas tecnológicas atuam efetivamente como infraestrutura, possibilitando a concretização das premissas da Ciência Aberta.

## 5.2 PLATAFORMAS COLABORATIVAS ABERTAS

Ainda que não haja uma definição totalmente aceita pela comunidade científica sobre o que são plataformas colaborativas, em parte por serem uma novidade nas ciências, ao observar a formação do termo, percebe-se que a palavra plataforma, nesse caso, refere-se ao seu significado na informática, designando uma parte do ambiente computacional que permite a colaboração. Assim, as plataformas colaborativas abertas podem ser compreendidas como redes e softwares que promovem o acesso aberto, vinculadas a empresas privadas ou ao governo, possibilitando aos cidadãos a recuperação de informações de seu interesse, sejam de cunho cultural, econômico ou educacional.

Inseridas nesse contexto, as plataformas colaborativas abertas destacam-se como parte de um conjunto relacionado à taxonomia da Ciência Aberta, proposta por Silveira et al. (2023), na faceta de ferramentas de Ciência Aberta.

A Ciência Aberta visa ao acesso ao conhecimento científico de forma clara, gratuita e transparente, com o objetivo de permitir o reúso, o compartilhamento e a contribuição de dados e métodos da investigação científica. Nesse sentido, Vicente-Sáez e Martínez-Fuentes (2018, p. 428) comentam que “a Ciência Aberta é o conhecimento transparente e



acessível que é partilhado e desenvolvido por meio de redes de trabalho colaborativas”. Para Albagli (2015, p. 14):

[...] a Ciência Aberta promove o aumento dos estoques de conhecimento público, propiciando não apenas a ampliação dos índices gerais da produtividade científica e de inovação, como também a das taxas de retornos sociais dos investimentos em ciência e tecnologia.

Assim, as plataformas colaborativas abertas constituem uma ramificação da Ciência Aberta, destinadas a permitir que os cidadãos colaborem, compartilhem e produzam conteúdos que promovam a transparência e a acessibilidade da ciência, da informação e do conhecimento, de forma democrática para a sociedade.

## ■ 5.3 HISTÓRIA DO TEMA

Historicamente pode-se dizer que o surgimento das plataformas colaborativas abertas está associado aos movimentos do software livre e da Ciência Aberta.

O movimento do software livre foi iniciado na década de 1980, o que de certa forma possibilitou o desenvolvimento de ferramentas para a publicação e disponibilização da produção científica de forma aberta e gratuita.

No Brasil, o software livre vem sendo utilizado desde meados da década de 1990, sendo um movimento que vem se destacando devido a sua influência junto aos governos municipais, estaduais e federal. Outro ponto importante de destaque são os eventos na área, como o Fórum Internacional de Software Livre, realizado anualmente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (Evangelista, 2014).



O software livre é a disponibilização aberta do código-fonte, o que permite a colaboração e contribuição das pessoas para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a distribuição do código-fonte aberto possibilita aos indivíduos a liberdade de usar, modificar, compartilhar e colaborar para o desenvolvimento de programas e ferramentas.

O movimento da Ciência Aberta surgiu com o propósito de democratizar a ciência, proporcionando às pessoas acesso ao conhecimento científico e à produção colaborativa, por meio da internet e de outras plataformas tecnológicas.

A Ciência Aberta pode ser compreendida como um processo que vai além do acesso aberto às publicações científicas, incluindo outras tendências, como dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, cadernos científicos abertos, ciência cidadã e educação aberta (Albagli; Clinio; Raychtock; 2014).

Na última década do século XX, um fato relevante que impulsionou o movimento da Ciência Aberta foi o alto custo dos periódicos científicos cobrados pelas editoras, o que dificultava o acesso e o avanço da ciência, criando, mesmo que indiretamente, uma privatização do conhecimento produzido (Albagli, 2019).

Nessa conjuntura, com a rápida evolução da internet e das ferramentas tecnológicas, as plataformas colaborativas abertas surgem com a missão de promover a interação, a colaboração e o compartilhamento de informações e conhecimentos entre empresas, governos e a sociedade.

## ■ 5.4 TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS

As plataformas colaborativas alcançaram um impacto global, estando presentes em todos os setores da sociedade, por meio de ferramentas tecnológicas e acesso compartilhado on-line. Moura et al. (2019) destaca

que uma plataforma digital é a infraestrutura ou ambiente que possibilita a interação entre dois ou mais grupos.

Por meio dessas plataformas, podemos compartilhar arquivos, integrar pessoas e equipes, compartilhar tarefas e projetos em comunidades, além de trocar conhecimentos e experiências na web. Nesse contexto, a tecnologia é essencial para conectar pessoas, facilitar a troca de informações e garantir a segurança dos dados. Ela também possibilita a automação de tarefas, a análise instantânea de dados e a oferta de experiências personalizadas aos usuários.

A virada ocorreu com a web 2.0, que abriu espaço para a interação do usuário e a criação de múltiplos canais de comunicação. Barbosa et al. (2010) afirma que essa nova geração enfatiza o que é produzido pelo usuário, promovendo o compartilhamento de conteúdo e uma colaboração mais intensa por meio de diferentes tipos de ferramentas de rede social. O autor ainda destaca que se trata de um novo patamar de serviços online orientados à colaboração e à interação com os usuários.

A importância das tecnologias envolvidas nas plataformas colaborativas reside na sua capacidade de viabilizar a comunicação eficaz, o armazenamento seguro e o trabalho colaborativo em tempo real. Essas tecnologias permitem que as equipes trabalhem remotamente, facilitando a comunicação. Balancieri et al. (2005) indicam que a internet é o marco mais importante para o crescimento de todos os setores das plataformas colaborativas, que adotam padrões tecnológicos para garantir a interoperabilidade e a eficiência da comunicação. Um dos padrões mais comuns é o XML (*Extensible Markup Language*), que possibilita a estruturação e a troca de dados de maneira flexível e compreensível tanto para humanos quanto para máquinas. Outro exemplo relevante são os Web Services, que permitem a comunicação entre diferentes aplicações via internet, utilizando protocolos e padrões que facilitam a troca de dados. As interfaces de programação de aplicativos (APIs) desempenham um papel fundamental nessa integração entre softwares e serviços. Esses padrões



e linguagens são cruciais em um vasto ecossistema de programação de software.

Além disso, os padrões garantem que diferentes sistemas possam se comunicar de maneira fluida, aumentando a produtividade, a eficiência e a inovação. Assim, as plataformas colaborativas tornam-se essenciais para o sucesso de empresas modernas em uma sociedade cada vez mais conectada à web.

Destaca-se também o papel das plataformas digitais governamentais, que integram o cidadão ao governo. Nesse contexto, o governo presta serviços ao cidadão, enquanto este, por sua vez, exerce sua cidadania ao participar de processos de tomada de decisão, consulta pública e promoção da transparência. Isso favorece o envolvimento dos cidadãos em políticas públicas e ações governamentais orientadas a atender as suas necessidades e promover sua satisfação.

Esse desenvolvimento das plataformas colaborativas nos leva a refletir sobre como a Ciência Aberta promove novas ações de expansão das fronteiras cibernéticas, incentivando o reúso, o compartilhamento e a transparência dos dados. Vivemos em uma sociedade permanentemente conectada em rede, que utiliza essas plataformas tanto no trabalho quanto no lazer. Diante desse cenário, é essencial que empresas e governos comecem a migrar seus produtos e serviços para essas plataformas, permitindo que o consumidor e o cidadão tenham voz e possam expressar suas opiniões.

O Crescimento de plataformas governamentais que buscam essa interação com seus clientes vem se tornando cada vez mais comum. Um exemplo é a “e-Democracia”, um local de discussão de temas de interesse, como audiências públicas interativas, que permite a interação com representantes na Câmara, enquetes legislativas, sugestões de projetos de lei, programas educacionais e checagem de notícias. Também se destacam plataformas como o “Fala.BR”, “Participa + Brasil”, “Consumidor.gov.br”, “Transferegov.br”, gov.br”, entre outras, que compartilham do



mesmo objetivo: comunicação, cooperação e interações entre as partes interessadas (Brasil, 2021).

## ■ 5.5 ATORES ENVOLVIDOS

A Ciência Aberta transita em várias áreas e, antes restrita ao ambiente de pesquisa, vem expandindo seu domínio para que outras instituições possam se beneficiar de seus princípios, além da infraestrutura e das ferramentas científicas, entre as quais se destacam as plataformas colaborativas abertas. Essas plataformas são o meio pelo qual ocorre a interação entre os envolvidos, seja na construção de documentos, na expressão de opiniões ou em outras formas de colaboração. Nessa interação, pode-se perceber uma relação de parceria entre os participantes, que, dependendo da situação, pode beneficiar muitos.

Como instituição, o governo se beneficia dessas ferramentas ao desenvolver plataformas colaborativas que aproximam os cidadãos, ouvindo suas opiniões e solicitando sua participação em políticas, programas e outras iniciativas. Por exemplo, a população foi incentivada a participar da construção do Plano Plurianual (PPA) Participativo 2024-2027, marcando a primeira vez que a Controladoria Geral da União (CGU) debateu seu programa com a sociedade (Brasil, 2023a).

Com essas iniciativas, o governo brasileiro prioriza a transparência em suas ações, avançando em direção a se tornar um Governo Aberto. Nesse sentido, integra a *Open Government Partnership* (Parceria para Governo Aberto), um compromisso firmado entre países que formaram uma aliança visando incentivar práticas governamentais abertas, relacionadas aos princípios de transparência, participação social e responsividade (Brasil, 2023b, p. 4).



O Brasil figura como membro co-fundador, juntamente com outros sete países, desde a criação da parceria em 2011. Atualmente, o país está desenvolvendo as ações que irão compor o 6º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto. Os temas desses planos são levantados e priorizados na esfera do Governo Federal, além de serem indicados pela sociedade civil. Após o levantamento e a compilação dos temas, solicita-se a participação dos cidadãos por meio de consulta pública para votação e escolha dos assuntos a serem abordados. Segundo Brasil (2023b, p. 4) “no decorrer de todas as atividades para elaboração do Plano de Ação foram registradas mais de 2000 participações de diferentes atores”.

Essa participação ativa não é um fenômeno recente. No Relatório de Autoavaliação final do 5º Plano também se constata a significativa presença de diversos atores:

[...] nos últimos planos, o Brasil implementou 123 compromissos, fizeram parte desse trabalho mais de 839 atores da sociedade e do governo, representando mais de 130 organizações da sociedade civil e 86 organizações públicas, além de órgãos do Legislativo e Judiciário, pesquisadores, agentes públicos, estaduais e municipais, cidadãos e setores da iniciativa privada (Brasil, 2023c, p. 4).

As informações acima demonstram o crescente envolvimento dos atores na construção e consolidação dos planos nacionais da Parceria para Governo Aberto. Isso evidencia que o governo brasileiro tem amadurecido ao longo dos anos na condução desse processo, ouvindo a sociedade civil e os cidadãos, e incorporando na agenda governamental temas relevantes para o crescimento do Brasil, especialmente aqueles voltados para a abertura de dados. A cada ciclo de construção de um novo plano, acrescenta-se “um passo na direção para uma nova cultura de administração pública, que se relaciona de forma mais aberta com os cidadãos e com as entidades da sociedade civil” (Brasil, 2023b, p. 4).



Diante dessa perspectiva, apresentam-se os atores envolvidos para a promoção da Parceria para Governo Aberto no contexto brasileiro.

A Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão responsável por coordenar o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA), instituído pelo Decreto n.º 10.160/2019, no âmbito do Poder Executivo Federal. A CIGA tem a função de orientar a implementação e a elaboração dos Planos de Ação do Brasil e é composta por 15 ministérios (Brasil, 2022).

O termo “Sociedade Civil” é utilizado para representar a participação dos cidadãos, das entidades da sociedade, do setor privado e da academia. Em 2015, o CIGA criou o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil, com o intuito de garantir a colaboração entre a sociedade civil e o governo no desenvolvimento de estratégias, na tomada de decisões e na elaboração de instrumentos, políticas e diretrizes de Governo Aberto (Brasil, 2015).

O GT da Sociedade Civil contribui para a Parceria de Governo Aberto na elaboração e monitoramento dos Planos de Ação. Para tanto, são eleitos representantes de diferentes segmentos e representações sociais para a composição do GT, com mandatos por prazo determinado.

Para a construção do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, o GT da Sociedade Civil foi instituído pelo Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), por meio do ato normativo n.º 1 de julho de 2023, com o propósito de conduzir estudos, debates, construir propostas e implementar ações relacionadas à elaboração e implementação do plano (Brasil, 2023b, p. 4).

O GT é composto por nove entidades, a seguir descritas: Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEN), Instituto Observatório Político e Socioambiental, Open Knowledge Brasil, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Fiquem Sabendo, Grupo de Pesquisa Politeia – Udesc Esag, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Transparência Brasil e Transparência Interna-



cional. A cada novo plano, novos representantes da sociedade civil são chamados a participar e contribuir com a agenda de Governo Aberto.

## ■ 5.6 INICIATIVAS

O movimento de acesso aberto à produção científica, gerada por pesquisadores e disseminada por meio de revistas científicas, teve sua origem cerca de 20 anos após o que ficou conhecido como a crise dos periódicos científicos. Sua evolução seguiu para a Ciência Aberta, um conceito mais amplo que abrange, segundo Albagli, Maciel e Abdo (2015), um guarda-chuva de produtos e serviços de informação abertos.

Nesse sentido, podemos elencar as iniciativas governamentais de abertura dos dados, como, por exemplo, a *Open Government Partnership* (OGP)<sup>2</sup> ou, em português, a Parceria para Governo Aberto. Segundo Silva e Silveira (2019), no Brasil, as primeiras ações partiram do setor público e estão associadas a projetos globais, como a publicação da Lei n.º 12.527 de 2011, de Acesso à Informação, “dedicada principalmente a recursos para melhorar a transparência das instituições e do governo” (Silva; Silveira, 2019, p. 7).

Outro ponto importante a ser destacado, segundo Oliveira (2019), são as parcerias realizadas no chamado Sul Global, entre países com o objetivo de melhorias e desenvolvimento, assim como no fortalecimento das iniciativas de abertura dos dados desses países frente aos países conhecidos como pertencentes ao Norte Global.

Nesse sentido, Appel e Albagli (2019, p. 195):

---

<sup>2</sup> OGP. Disponível em: <https://opengovpartnership.org/>. Acesso em: 25 jan 2025.

[...] advoga-se que instituições científicas, com capacidade metodológicas e computacionais, poderiam desenvolver suas próprias ferramentas e métricas.” Ainda, os autores citam o caso “[...] de países do Sul Global, da América Latina em especial, que são mais afetadas por parâmetros definidos externamente a seus contextos de pesquisa.

No âmbito da Ciência cidadã, Brito e Shintaku (2019) apresentam relatos de práticas da Ciência Aberta por meio de ferramentas para construções colaborativas, também chamadas de crowdsourcing. Exemplos dessas ferramentas incluem *Wikipedia*<sup>3</sup>, *Open Science Framework (OSF)*<sup>4</sup> e softwares como o *GitHub*<sup>5</sup>.

### 5.6.1 INICIATIVAS INTERNACIONAIS

O movimento de Ciência Aberta possibilita um conjunto de inovações, novas formas de colaboração e o uso de ambientes digitais, caracterizado por diversos pesquisadores como uma "cultura digital livre". Para Albagli, Clinio e Raychtock (2014, p. 436), “[...] as novas plataformas digitais colaborativas, a internet em particular, são vistas como uma oportunidade tecnológica em favor do conhecimento aberto e não proprietário”.

Abaixo, apresentamos uma pesquisa sobre as iniciativas de nível internacional e nacional referentes às plataformas colaborativas e seus respectivos países. Trata-se de um movimento mundial voltado à abertura e transparência dos dados produzidos pelos governos. Atualmente, de acordo com Piotrowski (2017), cerca de 70 países integram a iniciativa.

---

<sup>3</sup> *Wikipedia*: Disponível em: <https://www.wikipedia.org/>. Acesso em: 25 jan 2025.

<sup>4</sup> *OSF*: Disponível em: <https://osf.io/>. Acesso em: 25 jan 2025.

<sup>5</sup> *GitHub*: Disponível em: <https://github.com/>. Acesso em: 25 jan 2025.



A seguir, a lista de 66 países que aderiram à iniciativa de abertura de dados, seguindo os princípios da *Open Government Partnership* (OGP): Albânia, Austrália, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, República Dominicana, El Salvador, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Gana, Grécia, Guatemala, Honduras, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Jordânia, Quênia, Letônia, Libéria, Lituânia, Malawi, Malta, México, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Romênia, Sérvia, Serra Leoa, República Eslovaca, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suécia, Tanzânia, Macedônia do Norte, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos e Uruguai.

## 5.6.2 INICIATIVAS NACIONAIS

Com relação à iniciativa nacional, o Governo Federal Brasileiro, em 2011, lançou a *Open Government Partnership* (OGP) ou, em português, *Parceria para Governo Aberto*, que, segundo Brasil (2024):

[...] iniciativa internacional que participam diversos países e entidades da sociedade civil, com a proposta de assumir compromissos de transparência em relação aos dados públicos". A coordenação da iniciativa de Governo Aberto, no Brasil, ficou sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU)<sup>6</sup>.

Segundo o Brasil (2018), para participar da iniciativa internacional, o Congresso Nacional, no ano de 2018, além de assumir o compromisso de integrar diversos segmentos sociais nos processos legislativos, na elaboração de normas, na ampliação da transparência e na adequação da

---

<sup>6</sup> Governo Aberto (CGU): Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>. Acesso em: 16 dez. 2024.



linguagem e comunicação visando à inovação, também participou na formulação dos compromissos para o 4º Plano de Ação em Governo Aberto.

Com o objetivo de apoiar a adoção de práticas de Governo Aberto, aprofundando e garantindo maior colaboração, transparência e participação cidadã nas ações e decisões governamentais, apresentamos, a seguir, algumas iniciativas locais de desenvolvimento de Planos de Ação para a Parceria de Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*), conforme indicado por Brasil (2023d). Segundo Brelàz e Carvalho (2024), em exemplos de participação em municípios brasileiros incluem Contagem, Osasco e São Paulo, enquanto, no nível estadual, destaca-se o Estado de Santa Catarina.

Por meio de ações voltadas à transparência, ao aumento da produtividade científica, à inovação e à participação por meio da Ciência Cidadã, Fortaleza e Bertin (2019) mencionam que a construção do compromisso pela Ciência Aberta contou com a colaboração de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, entre os quais se destacam: o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Programa SciELO/FAPESP, a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), a Universidade de Brasília (UnB) e a Open Knowledge Brasil (OKBR)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Open Knowledge Brasil (OKBR): Disponível em: <https://ok.org.br/noticia/rede-brasileira-de-governo-aberto-fortalecimento/>.. Acesso em: 16 jan. 2025.



## ■ 5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de Governo Aberto, como apresentada, pode ser compreendida tanto por aspectos culturais entre cidadãos e governos quanto pelos conceitos de transparência, participação e colaboração. Para Lima e Oliveira (2023), sendo um modelo de governança, o Governo Aberto tem como objetivo fortalecer a democracia por meio da participação efetiva dos cidadãos, tanto na tomada de decisões quanto no monitoramento das ações governamentais, com o intuito de aprimorar a eficiência do governo.

Segundo Olivério (2011, p. 10), a administração que adota políticas de Governo Aberto pode ser entendida como:

[...] a versão beta de um *software*, onde o cidadão utiliza a administração e passa informações valiosas sobre suas características de gestão e em que ela deve melhorar para atender melhor às demandas de determinada região.

Nesse sentido, ao considerar as Plataformas Colaborativas abertas e digitais e os exemplos de iniciativas realizadas entre seus atores – governos e cidadãos –, é possível propor as seguintes questões para o futuro: (1) A adoção de plataformas colaborativas por parte dos governos contribui para as questões de transparência, participação e colaboração, bem como para a melhoria da eficiência governamental? (2) Como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem promover maior visibilidade e desenvolvimento? (3) Qual o impacto dessas plataformas no aumento da eficiência e produtividade entre pesquisadores, cidadãos e o próprio governo?

O cenário de colaboração que ocorre de forma mútua nas plataformas colaborativas, sejam elas governamentais ou privadas, fortalece a democracia e amplia a diversidade de criação e desenvolvimento dos setores que se propõem a utilizar esse tipo de comunicação com seu



público, atendendo tanto a necessidades individuais quanto trazendo melhorias coletivas para a sociedade. Além disso, essas plataformas valorizam o papel do cidadão, conferindo-lhe uma voz ativa e participativa nas atividades que impactam o bem comum.

Segundo Lock (2004), é direito do cidadão envolver-se na política, ajudando a tomar decisões, participar na gestão, opinar sobre as questões mais relevantes, monitorar como o dinheiro público é gasto, bem como aprovar, modificar ou cancelar ações governamentais que possam impactar a vida coletiva. As plataformas colaborativas, nesse contexto, tornaram-se um meio essencial para esse fim, ao abrirem um canal acessível que amplifica a voz da população, permitindo possíveis mudanças de direção em prol do bem comum.

O grande propulsor do Governo Aberto<sup>8</sup> é a tecnologia, que, com o advento da internet, abriu uma espécie de "caixa de Pandora", possibilitando a circulação de boas práticas, como a abertura de canais de comunicação. Agora, os usuários da internet que estão conectados à vida pública podem ser ouvidos e contribuir para as mudanças que afetam suas vidas, tanto coletiva quanto individualmente.

---

<sup>8</sup> Link de acesso à página do Governo Aberto: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>.



## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta: movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana. (org.). **Ciência Aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 15-20. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9.cap2>. Disponível em: [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf#capitulo03](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf#capitulo03). Acesso em: 17 maio de 2024.

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, 2014. DOI: 10.18617/liinc.v10i2.749. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593>. Acesso em: 20 set. 2024.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: Unirio. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em: 19 maio 2024.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. Acesso aberto em questão: novas agendas e desafios. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187-208, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 19 maio 2024.

BALANCIERI, Renato; BOVO, Alessandro Botelho; KERN, Vinícius Medina; PACHECO, Roberto Carlos dos Santos; BARCIA, Ricardo Miranda. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 64 -77, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/C65dbRvBt77DQ3TQfSmDtPx/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARBOSA, Marco Paulo da Silva; GONÇALVES, Ramiro Manuel; BABO, Rosalina; MORAIS, Elisabeth Paulo. Web colaborativa: evolução ou revolução?. In: CONFERENCIA IBÉRICA DE SISTEMAS Y TECNOLOGÍAS DE INFORMACIÓN, 5., 2010, Santiago de Compostela. **Anais**



[...]. Santiago de Compostela: INCIBE, 2010. p. 1-5. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/4301>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **4º Plano de ação nacional em Governo Aberto**. Brasília, DF: CGU, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-nacional\\_portugues.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-nacional_portugues.pdf). Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **5º Plano de Ação Nacional parceria para Governo Aberto – OGP Open Government Partnership Relatório de autoavaliação final**. Brasília, DF: CGU, 2023c. Disponível em: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/relatorio-final-de-autoavaliacao\\_5pan-ultimaversao.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/relatorio-final-de-autoavaliacao_5pan-ultimaversao.pdf). Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília, DF: CGU, 2023b. Disponível em: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/brazil\\_action-plan\\_2023-2027\\_december\\_pt.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/brazil_action-plan_2023-2027_december_pt.pdf). Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Comitê Interministerial de Governo Aberto**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/comite-interministerial>. Acesso 24 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Governo Aberto no Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Grupo de trabalho da sociedade civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Pela primeira vez, a CGU constrói o seu programa PPA participativo em conjunto com a sociedade**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/pela-primeira>



[-vez-cgu-participa-de-construcao-do-ppa-participativo-2024-2027](#). Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Plano de ação locais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/OGP%20local/ogp-local>. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de acesso à informação. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. **Governo digital: plataformas e ferramentas**. Brasília, DF: MGISP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/transformacao-digital/ferramentas>. Acesso 10 jun. 2024.

BRELÀZ, Gabriela de; CARVALHO, Milena Coimbra de. **Rede brasileira de Governo aberto: uma oportunidade para fortalecer o ecossistema de governo aberto**. Blog da Open Government Partnership (OGP), 2024. Disponível em: <https://ok.org.br/noticia/rede-brasileira-de-governo-aberto-fortalecimento/>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRITO, Ronnie Fagundes de; SHINTAKU, Milton. Ciência Aberta e mídias do conhecimento. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana. (org.). **Ciência Aberta para Editores Científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 93-96. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9.cap13>. Disponível em: [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf#capitulo13](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf#capitulo13). Acesso em: 17 maio de 2024.

EVANGELISTA, Rafael. O movimento software livre do Brasil: política, trabalho e hacking. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 173–200, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/HtMLzNdrPGvb9nwRLvvJCKP/#>. Acesso em: 20 set. 2024.



FORTALEZA, Juliana Meireles; BERTIN, Patrícia Rocha Bello. A parceria para Governo Aberto e o compromisso pela Ciência Aberta. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana. (org.). **Ciência Aberta para Editores Científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 21-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9.cap3>. Disponível em: [https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia\\_aberta\\_editores\\_cientificos\\_Ebook.pdf#capitulo03](https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf#capitulo03). Acesso em: 17 maio de 2024.

LIMA, Jackson Beserra de; OLIVEIRA, Silmara Bruna de. **Governo Aberto: um levantamento bibliométrico na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Municipal) - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/31697>. Acesso em: 20 maio 2024.

LOCK, Fernando do Nascimento. Participação popular no controle da administração pública: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, [ S. l.], v. 1, n. 1, p. 134-134, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/issue/view/315>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 24, p. 57-69, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3893>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/GzKTfV7D4s7RLMM6qgpHkJF/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2024.

OLIVEIRA, Thaiane. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 191-215, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3520>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/fY6npwPvcTjd4ZRCWfsykyF/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio de 2024.

OLIVÉRIO, Marcio Araujo. Governo Aberto como ferramenta de comunicação entre o governo e o cidadão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais [...]**. Recife: Intercom, 2011. p. 1-12. Disponível em: [http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/governo\\_aberto\\_como\\_ferramenta\\_de\\_co](http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/governo_aberto_como_ferramenta_de_co)



[municacao\\_entre\\_o\\_governo\\_e\\_o\\_cidadao.pdf](#). Acesso em 20 maio de 2024.

PIOTROWSKI, Suzanne. J. The “Open Government Reform” Movement: the Case of the Open Government Partnership and U.S. transparency policies. **The American Review of Public Administration**, [S. l.], v. 47, n.2, p. 155-171, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074016676575>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0275074016676575>. Acesso em: 17 maio de 2024.

SILVA, Fabio Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **TransInformação**, Campinas, v. 31, p. 1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em: 17 maio de 2024.

SILVEIRA, Lúcia da; RIBEIRO, Nivaldo Calixto; MELERO, Remédios; MORA-CAMPOS, Andrea; PIRAQUIVE-PIRAQUIVE, Daniel Fernando; URIBE-TIRADO, Alejandro; SENA, Priscila Machado Borges; POLANCO-CORTÉS, Jorge; SANTILLÁN-ALDANA, Julio; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ENCISO-BETANCOURT, Andrés Mauricio; FACHIN, Juliana. Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1–22, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e91712. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712>. Acesso em: 13 set. 2024.

VICENTE-SAEZ, Ruben; MARTINEZ-FUENTES, Clara. Open Science now: a systematic literature review for an integrated definition. **Journal of Business Research**, [S. l.], v. 88, p. 428-436, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296317305441>. Acesso em: 20 set. 2024.





### COMO CITAR ESTE CAPÍTULO:

FERREIRA, Berenice Rodrigues; FUCHS, Marcia Cristina; VIEIRA JUNIOR, Nilson Carlos; FREITAS, Pamela Travassos de; SHINTAKU, Milton. Plataformas colaborativas abertas: um cenário apresentado no sul global entre o Brasil e os demais países do mundo. *In*: DRUCKER, Debora Pignatari; CIUFFO, Leandro; SAYÃO, Luis Fernando; SHINTAKU, Milton; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio (org.) **Infraestruturas de suporte à Ciência Aberta**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. p. 124-145. DOI: 10.22477/9786589167754.cap5.

